



Entidades associadas:



## *EIXO 1: Fundamentos*

- Cenários para o agro em 2030
- Macroeconomia e os desafios
- Segurança jurídica

## *EIXO 2: Governança*

- Política Agrícola
- Associativismo e Cooperativismo

## *EIXO 3: Mercado*

- Agro no mercado externo
- Infraestrutura e Logística



## *EIXO 4: Inovação*

- Tecnologia
- Indústria do Agro
- Defesa Agropecuária
- Educação e Assistência Técnica

## *EIXO 5: Sustentabilidade*

- Sustentabilidade dos Sistemas de Produção
- Agroenergia

## *EIXO 6: Imagem do Agro*

- Plano de Comunicação

# PLANO DE ESTADO – BRASIL 2030

## RACIONALIDADE:

- Brasil líder de Segurança Alimentar Global – Agro é Paz!
- Integra o Rural e o Urbano
- Plano de Estado, abarcando várias administrações;
- Insere-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU
- Propostas Republicanas, não corporativas.

# PLANO DE ESTADO – BRASIL 2030



## RACIONALIDADE:

- Brasil líder de Segurança Alimentar Global – Agro é Paz!
- Integra o Rural e o Urbano
- Plano de Estado, abarcando várias administrações;
- Insere-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU
- Propostas Republicanas, não corporativas.

# Cenários do Agro face a demanda global 2030

- Demanda e Déficit Mundial
- Papel do Brasil (+40%)
- Potencial dos Cerrados
- Baixa Proteção (subsídios)
- Ganhos de Produtividade
- Competição Internacional

**Produção  
Grãos (mi t)**  
2017 – 232,0  
2030 – 309,0  
+33,0%

**Produção  
Carne Bovina  
(mi t)**  
2017 – 9,5  
2030 – 12,0  
+26,3%

**Produção  
Carne de  
Frango (mi t)**  
2017 – 13,4  
2030 – 19,0  
+41,1%

**Exportação  
Grãos (milho e soja)  
(mi t)**  
2017 – 89,0  
2030 – 130,0  
+46,0%

**Exportação  
Carnes (mi t)**  
2017 – 7,0  
2030 – 10,2  
+45,7%

# 1. MACROECONOMIA BRASILEIRA E OS DESAFIOS



1. Realizar as reformas necessárias com ênfase na tributária e previdenciária
2. Eliminar todos os tributos incidentes sobre as exportações e sobre os investimentos do Agro;
1. Assumir o compromisso com a vigência das regras de livre funcionamento dos mercados, inclusive do transporte (fretes).

## **2. POLÍTICA AGRÍCOLA: Aperfeiçoamento e Modernização**



1. Fortalecer a gestão de riscos das atividades agropecuárias;
2. Desburocratizar e modernizar o financiamento da produção agropecuária;
3. Melhorar os programas de garantia de renda aos produtores;

## **2. POLÍTICA AGRÍCOLA: Aperfeiçoamento e Modernização**



1. Fortalecer a gestão de riscos das atividades agropecuárias;
2. Desburocratizar e modernizar o financiamento da produção agropecuária;
3. Melhorar os programas de garantia de renda aos produtores;



## **2. POLÍTICA AGRÍCOLA: Aperfeiçoamento e Modernização**



1. Fortalecer a gestão de riscos das atividades agropecuárias;
2. Desburocratizar e modernizar o financiamento da produção agropecuária;
3. Melhorar os programas de garantia de renda aos produtores;

## **2. POLÍTICA AGRÍCOLA: Aperfeiçoamento e Modernização**



1. Fortalecer a gestão de riscos das atividades agropecuárias;
2. Desburocratizar e modernizar o financiamento da produção agropecuária;
3. Melhorar os programas de garantia de renda aos produtores;

# Gestão de Riscos

## Propostas:

- Dar previsibilidade, estabilidade e transparência às regras do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).
- Ampliar os recursos direcionados ao PSR.
- Transferir o orçamento do PSR para as Operações Oficiais de Crédito (OOC), com o objetivo de evitar os contingenciamentos que, com frequência, alcançam o orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).
- Fomentar a utilização do seguro de renda (faturamento esperado), que cobre os riscos de perda de produção e de oscilações desfavoráveis dos preços dos produtos agropecuários.
- Ampliar e aprimorar os estudos do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), essencial para a operacionalização do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e para o Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR).
- Regulamentar o Fundo de Catástrofe (Lei Complementar 137/2010), fundamental para a estabilidade e redução de riscos sistêmicos do seguro rural.
- Fomentar a participação das empresas das cadeias agroindustriais, dos estados e municípios em programas de subvenção, complementares ao PSR.
- Criar uma central de registro das operações comerciais que envolvam o financiamento não bancário entre produtores rurais e seus fornecedores ou compradores de produtos agropecuários (*barter*, troca, prazo de safra, antecipação de recursos), com o objetivo de reduzir o risco de crédito ao longo das cadeias produtivas.
-

# Financiamento da Produção

## Propostas:

- Manter o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) como pilar dos créditos de custeio, comercialização e investimento, mantendo volume de recursos e taxas de juros compatíveis com o retorno das atividades agropecuárias.
- Ampliar e diversificar as fontes de financiamento à agropecuária, inclusive com recursos externos, viabilizando a emissão de títulos do agronegócio em moeda estrangeira.
- Definir diretrizes de médio e longo prazo para programas de incentivo às estruturas de armazenagem, irrigação, incorporação de tecnologias nas propriedades rurais, práticas sustentáveis de produção, geração e distribuição de energias alternativas.
- Reduzir o número de programas do crédito rural, evitando o conflito de finalidades e condições entre as diversas linhas de crédito.
- Fomentar a adoção do crédito rural rotativo e automático, com renovação simplificada, com o objetivo de reduzir os custos intrínsecos à formalização de operações, como os custos cartoriais.
- Fortalecer o cooperativismo de crédito, por meio de medidas como o credenciamento de cooperativas de crédito singulares no quadro de agentes financeiros do BNDES e acesso aos recursos dos fundos constitucionais e do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT).

# Garantia de Renda

## Propostas:

- Fomentar a compra de contratos de opção de compra e venda de produtos agropecuários, em bolsa ou em mercado de balcão organizado, por meio de subvenção ao prêmio.
- Garantir recursos suficientes e tempestivos para a operacionalização dos instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).
- Dotar o Mapa de comando efetivo na execução orçamentária da PGPM, com a extinção ou revisão profunda do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (CIEP), criado pelo Decreto nº 7.920, de 15 de fevereiro de 2013.

### 3. AGRO NO MERCADO EXTERNO



1. Estabelecer parcerias estratégicas e posicionar o agronegócio como um ativo do Brasil nas suas relações com o mundo;
2. Reformar a estrutura regulatória que impacta o comércio exterior;
3. Ampliar o acesso aos mercados;
4. Promover a adição de valor, diferenciação e imagem da agropecuária no exterior.

## 4. SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO



1. Efetivar a Política Nacional de Licenciamento Ambiental;
2. Definir a Política de Pagamento por Serviços Ambientais
3. Efetivar a implementação do Novo Código Florestal;
4. Incentivar o uso racional dos Recursos Hídricos;
5. Consolidar uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura.

## 5. SEGURANÇA JURÍDICA



1. Questões Fundiárias;
2. Questões Trabalhistas;
3. Criminalidade no Campo.



## 6. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO AGRO



1. Prover conectividade de alta qualidade para as áreas rurais;
2. Priorizar pesquisas na fronteira do conhecimento, com destaque para as biotecnologias, nanotecnologia e ciências correlatas;
3. Aprimorar a qualificação dos recursos humanos nas instituições de pesquisa, atualizar laboratórios e disponibilizar mais recursos para pesquisa;
4. Fomentando a irrigação.

## 7. LOGÍSTICA: TRANSPORTE E ARMAZENAGEM



1. Propostas de regulamentação e priorização para:
  - Modal Rodoviário
  - Modal Ferroviário
  - Modal Hidroviário
  - Setor Portuário
  - Setor de Armazenagem
  
2. Obras Prioritárias em Infraestrutura para o Setor Agropecuário.

# OBRAS PRIORITÁRIAS - 1

MODAL	INTERVENÇÕES
• RODO	BR-020: elaboração do projeto e pavimentação do trecho de Santa Rita de Cássia (BA) à Campo Alegre de Lourdes (PI) (741 km)
RODO	BR-080: pavimentação do trecho de Ribeirão Cascalheira (MT) à Luiz Alves em São Miguel do Araguaia (GO) (201 km)
RODO	BR-101: licitação do trecho de Palhoça (SC) à Osório (RS)
RODO	BR-155: adequação da capacidade da rodovia, no trecho de Redenção (PA) à Marabá (PA)
RODO	BR-158: implantação e pavimentação do contorno de Terra Indígena Maraiwatsede (MT) (190,5 km)
RODO	BR-158: adequação da capacidade da rodovia, com a construção de pontes
RODO	BR-163: conclusão da pavimentação do trecho divisa do MT/PA à Miritituba (PA) e construção de pontes (80 km)
RODO	BR-163: conclusão da pavimentação do trecho divisa do MT/PA à Santarém (PA) e construção de pontes (84 km)
RODO	BR-230/412/232: adequação da capacidade da rodovia, no trecho de Picos (PI) à João Pessoa (PB), via BR-232, Pernambuco (PE) (852 km)
RODO	BR-242: pavimentação do trecho Santiago do Norte (MT) à Querência (MT) (285 km)
RODO	BR-242: adequação, manutenção, ampliação do pavimento e instalação de terceiras faixas no trecho de Luiz Eduardo Magalhães (BA) à Aratu/Cotegipe (BA)

# OBRAS PRIORITÁRIAS - 2

MODAL	INTERVENÇÕES
<b>RODO</b>	BR-282/470 ou BR-280/153: adequação da capacidade da rodovia no trecho São Miguel do Oeste(SC), fronteira da Argentina ao porto de Navegantes (SC)
<b>RODO</b>	BR-285: adequação do trecho Araranguá (RS) à Vacaria (RS) (8 km)
<b>RODO</b>	BR-381: pavimentação do trecho de Belo Horizonte (MG) à Governador Valadares (MG)
<b>RODO</b>	BR-392/471: adequação da capacidade da rodovia do trecho de Santa Maria (RS) à Rio Grande (RS)
<b>FERRO</b>	Ferrogrão: licitação do trecho de Sinop (MT) à Miritituba (PA)
<b>FERRO</b>	Ferrovia Norte Sul (FNS): licitação do trecho de Porto Nacional (TO) à Estrela do Oeste (SP)
<b>FERRO</b>	Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO): licitação do trecho de Campinorte (GO) à Lucas do Rio Verde (MT) e Sapezal (MT) à Porto Velho (RO)
<b>FERRO</b>	Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL): licitação do trecho Ilhéus (BA) à Figueirópolis (TO) e trecho de Brumado (BA) à Porto de Aratu/Cotegipe(BA)
<b>FERRO</b>	Malha Paulista S/A: renovação da concessão e reativação dos trechos ociosos
<b>HIDRO</b>	Rio Madeira: dragagem e sinalização
<b>HIDRO</b>	Rio Tapajós: dragagem, sinalização e balizamento do trecho de Miritituba (PA) à Santarém (PA)

# OBRAS PRIORITÁRIAS - 3

MODAL	INTERVENÇÕES
<b>HIDRO</b>	Rio Tocantins: derrocamento do Pedral do Lourenço (TO)
<b>HIDRO</b>	Rio das Mortes: dragagem, derrocamento e sinalização
<b>HIDRO</b>	Tietê-Paraná: dragagem e derrocamento
<b>PORTO</b>	Santana (AP): dragagem da área de atracação do Pier 1 de granéis
<b>PORTO</b>	Belém (PA): dragagem para aprofundamento dos canais de navegação e da bacia de evolução/áreas de fundeio
<b>PORTO</b>	Outeiro (PA): licitação de terminais
<b>PORTO</b>	Santarém (PA): licitação dos terminais de fertilizantes e granéis agrícolas e melhorias nos acessos
<b>PORTO</b>	Vila do Conde (PA): licitação do terminal de granéis agrícolas
<b>PORTO</b>	Aratu (BA): licitação dos terminais de fertilizantes e granéis agrícolas
<b>PORTO</b>	Santos (SP): dragagem para aprofundamento dos canais de navegação e da bacia de evolução/áreas de fundeio
<b>PORTO</b>	Paranaguá (PR): licitação dos terminais de contêineres e de grãos
<b>PORTO</b>	Rio Grande (RS): dragagem para aprofundamento dos canais de navegação e da bacia de evolução/áreas de fundeio

## 8. DEFESA AGROPECUÁRIA E INDÚSTRIA DO AGRO



1. Modernizar e harmonizar os marcos legais em conjunto com os setores público e privado;
2. Agilizar a concessão de patentes industriais;
3. Revisar a norma de rotulagem nutricional com adequada Análise de Impacto Regulatório e harmonização com o MERCOSUL.

## 9. EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA



1. Aumentar o volume de recursos destinados às ações de assistência técnica;
2. Promover a distribuição dos recursos da assistência técnica de forma harmônica, sobretudo na ANATER;
3. Ampliar os programas voltados para qualificação profissional de produtores e trabalhadores rurais nos diferentes níveis de escolaridade.

## 10. AGROENERGIA



1. **Biocombustíveis** – regulamentar o RENOVABIO;
2. **Etanol** – tributação, fomento ao etanol de milho e políticas de fomento;
3. **Biodiesel** – incremento gradual da mistura obrigatória;
4. **Bioeletricidade e Biogás** – maior participação nos leilões de energia.





## ENTIDADES ASSOCIADAS

- Confederação Nacional da Agricultura – CNA
- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP
- Organização das Cooperativas do Brasil – OCB
- Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG
- União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA
- Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS)
- Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ)
- Associação Brasileira de Criadores (ABC)
- Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (ABRAFRUTAS)
- Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO)
- Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA)
- Associação dos Produtores de Soja do Brasil (APROSOJA BRASIL)
- Conselho Nacional do Café (CNC)
- Instituto Brasileiro de Horticultura (IBRAHORT)
- Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)
- Sociedade Rural Brasileira (SRB)
- Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana)
- Centro de Agronegócios da FGV
- Cátedra “Luiz de Queiroz” USP/ESALQ